

APRESENTAÇÃO

Quando manchetes jornalísticas começam o ano anunciando que “1998 ameaça empregos gerados desde 1985”, que “demissões na Vale são 3.300 após privatização”, que “ações trabalhistas aumentam 64% entre 1990 e 97” — período em que, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego quase dobrou — e quando o governo neoliberal decreta que a Carteira de Trabalho acolhe contrato temporário, legalizando a instabilidade no emprego, fica evidente que o desemprego e o emprego eventual de milhões de trabalhadores brasileiros constituem-se em realidade em expansão.

Em expansão também porque, por intermédio de outros expedientes, políticas desta natureza vêm atingindo instâncias e setores da sociedade para além do mundo fabril estrito senso. Como quando, por exemplo, em razão das crises financeiras do sistema e das opções neoliberais, Universidades e Centros de Pesquisa são violentamente desmontados, secundarizando, entre nós, a produção de um conhecimento crítico e democrático, associado ao desenvolvimento de uma ciência e tecnologia adequados ao nosso meio e necessidades sociais.

Neste contexto de redefinições de ofícios, profissões, programas de formação técnicas e tecnologias diante da natureza das lutas no mundo do trabalho contemporâneo, onde a pobreza, a exclusão e a informalidade assumem — ao invés do trabalho/emprego — a frente do cenário, problematizando paradigmas convencionais até mesmo do que se definiu como justiça social, revigoram-se as questões que sustentam nossa linha de pesquisa Cultura e Trabalho, assim como apresentam-se novos desafios para nossas discussões sobre modos de vida, de trabalho e de luta.

Entendendo “cultura” enquanto processo de lutas constitutivo de “modos de vida”, integramos cultura à vida material e procuramos apreender, para além das condições de trabalho e de vida, os modos de trabalhar e de viver dos sujeitos sociais. Modos de viver entendidos como maneiras de os sujeitos experimentarem a dominação, a transgressão, a resistência, forjando negociações e alternativas a partir de suas necessidades, impregnadas de significações culturais.

Pretender acompanhar as experiências sociais dos trabalhadores em todas suas dimensões significa apreender todo seu modo de viver em meio às transformações e mudanças que, cotidianamente, enfrentam e afetam suas condições e padrões de vida, quanto aos seus valores e sentimentos. Nesta perspectiva, tematizando Cultura e Tra-

balho, rompemos com pressupostos racionalistas que, privilegiando as relações de produção, silenciam as práticas engendradas nas inter-relações cotidianas e os modos como os sujeitos trabalham suas experiências e as expressam em seu universo de valores, costumes e tradições, isto é, em sua cultura.

Discutindo a experiência social dos trabalhadores em seus diversos ângulos, procuramos ampliar nossas formas de percepção em torno da intensidade com que muitos de seus valores, costumes e noções são expropriados no dia-a-dia, sobre a resistência produzida neste processo e as formas com que estes sujeitos reconstróem e reinventam sua cultura, recolocando-se frente às relações de domínio, mesmo quando trabalho e pobreza ganham novos contornos, direitos conquistados são anulados e as lutas assumem feições e sentidos inesperados. Para enfrentar estas questões, novos debates precisam ser travados, novos caminhos trilhados, já que, mais uma vez, a dinâmica dos movimentos sociais abalam previsões e percepções, recolocando-nos a necessidade de refazer reflexões e expectativas de luta.

Para uma visão dos temas e discussões que estão sendo levantados em torno de Cultura e Trabalho, PROJETO HISTÓRIA selecionou textos que questionam a cristalizada oposição entre escravidão e trabalho livre, incluindo a experiência histórica dos afro-brasileiros na história dos trabalhadores no Brasil; que fazem opção de estudo sobre as lutas sociais travadas por escravos e homens livres e pobres contra a universalização das representações de propriedade no século XIX, trazendo à tona tradições de luta e de protesto popular, no Brasil, desde este período; que trabalham com confrontações entre “economia moral” e “economia de mercado” nas ações de multidões nordestinas em momentos de seca e escassez alimentar; que recuperam memórias de ofícios; que avaliam a contribuição de trabalhadoras nas inovações técnicas, marcando a presença feminina nos processos de trabalho e de luta ou que atribuem visibilidade às relações de gênero, surpreendendo a discriminação das mulheres ao tecerem, ao fiarem, ao amassarem o barro.

Finalmente, um esclarecedor debate entre interpretações sobre estudiosos do passado (historiadores) e das “tradições populares” (folcloristas) como formas de construção de uma memória e identidade nacionais, cunhadas pelo Estado Novo. Importa destacar que neste debate, emerge a possibilidade de acompanharmos o advento de movimentos de “valorização” das práticas negras ou populares, no Brasil, em nome de uma cultura brasileira, onde evidenciam-se tanto os fluxos culturais entre ricos e pobres, brancos e negros, letrados e iletrados, quanto às profundas desigualdades sociais vivenciadas, configurando os conflitos, negociações e diálogos que constituem a cultura enquanto campo de lutas entre práticas e significados.

Maria Antonieta Antonacci
Editora